

Governadores querem definir programa para candidato

Janio de Freitas

Tática de êxito

Agora, sim, é inteligente e oferece perspectivas reais a tática do presidente Sarney para esticar seu mandato até os cinco anos, mesmo que o ano adicional não seja conquistado através do voto na Constituinte. A tática presidencial nem importa, de fato, as tendências da maioria dos constituintes em relação ao mandato. As suspeitas e insinuações de que o Planalto estaria por trás do Centrão não têm mais cabimento. Transformaram-se em certeza: os deputados direitistas Amaral Netto, Roberto Cardoso Alves e Ricardo Fluzza e o oportunista Gastone Righi, que conduzem a massa de manobra do Centrão no jogo protelatório da Constituinte, mantêm contato constante, direto e telefônico, com o próprio presidente Sarney. Nenhum dos seus passos, até agora, deixou de contar com a inspiração da experiência parlamentar acumulada por Sarney.

Vencer as disputas com o PMDB autêntico e a esquerda, na sucessão em que isto ocorre, não estava nas cogitações iniciais da tática para obtenção dos cinco anos. Fundamental era aproveitar as pressões, de diferentes origens, para a conformação de um grande bloco objetivando a reapresentação de emendas pelo plenário e, a partir daí e através dele, criar todas as possíveis situações de proteção da Constituinte. De tal sorte que, embora legislações casuísticas pudessem resolver problemas de prazos para realizar-se a eleição em novembro de 88 (prazos para desincompatibilização, convenções etc.), a exiguidade do tempo ofertado às campanhas eleitorais levaria os próprios partidos a preferirem o adiamento —exceto o PDT e, talvez,

o PT. Com o estímulo, para isso, dos governadores-candidatos. Se com eleição em 88 o mandato de Sarney se fecharia nos quatro anos, com o adiamento alcançaria os cinco.

A tática não se restringe à relação entre o presidente e os que têm falado pelo Centrão. Os ministros Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães têm a tarefa, digamos, logística. Através dos recursos disponíveis pelos seus ministérios, cabe-lhes, não mais conquistar a qualquer preço adeptos para os cinco anos, como Sarney tentou ao longo de meses, mas manter agregado o núcleo atacadador do Centrão, ao qual a vasta massa de manobra vai seguindo tão alheia quanto esteve de tudo o mais que se passou na Constituinte. Com a diferença de que, neste último caso, ela se rebelou contra o regimento que a marginalizava e, na marginalização de hoje, beneficia-se para ser submissa e passiva.

Mas, como todo mundo sabe, desde que a Comissão de Sistematização aprovou os quatro anos, o presidente, como ainda ontem mandou que o ministro Costa Couto reiterasse, "não se envolve mais com a questão do mandato". Palavra de honra. Deles.

Patrícios

Criada uma tal Comissão de Replantio de Café no Norte Fluminense, Moreira Franco vem de nomear o seu presidente: Carlos Alberto de Andrade Pinto. Presidente do IBC no período Médici, tem ele a glória aditiva de haver sido o mentor confesso da "Operação Patrícia", aquela embrulhada que resultou, quando o presidente Sarney entregou o IBC a Paulo Graciano, no rombo de 150 milhões de dólares.

ROBERTO LOPES
Do Reportagem local

Os governadores do Rio, Moreira Franco, e de Pernambuco, Miguel Arraes, querem reunir todos os governadores do PMDB que são favoráveis aos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, e definir a plataforma mínima que um candidato de seu partido deve defender em uma eventual campanha presidencial, ano que vem. Moreira e Arraes tomaram essa decisão ao constatarem o avanço que a tese dos cinco anos para Sarney conquistou na opinião pública, depois que o chamado Centrão conseguiu derrotar a esquerda e alterar o regimento da Constituinte.

Os dois governadores estão convencidos da necessidade de uma reação dos governadores quatroanistas, e de que isso só pode ser conseguido pelo aparecimento de algum "fato novo". A sugestão é o anúncio do perfil de uma candidatura presidencial. Moreira e Arraes querem discutir o assunto ainda antes do Natal, em uma conversa fora do Rio (onde já aconteceram dois encontros de governadores). Os governadores do Rio e de Pernambuco não contam com o apoio do governador de São Paulo, Orestes Quércia, para essa iniciativa. Eles acham que Quércia não se afastará da posição dos cinco anos, já que é candidato à sucessão presidencial, caso ela se realize em 89.

Moreira Franco e Miguel Arraes também não contam com o governador de Minas, Newton Cardoso. Eles acreditam que, além de seus colegas da Bahia (Waldir Pires) e de Alagoas (Fernando Collor), que já se declararam publicamente a favor de diretas para presidente em 88, defendem a mesma posição os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Max Mauro, do Espírito Santo, e Carlos Bezerra, de Mato Grosso.

Com cópia

O governador fluminense mergulhou na articulação do "fato novo", depois que teve uma difícil conversa com o presidente José Sarney na última terça-feira, em Brasília. Moreira Franco sente que, em consequência de seu posicionamento pelos quatro anos, o governo federal vem boicotando o Rio no repasse das

Paulo Whitaker - 18. Abr. 87



O governador Moreira Franco (RJ)

Vidal Cavalcante - 20. Nov. 87



O governador Miguel Arraes (PE)

passou a nota foi o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (PMDB-MG), de centro (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos"). O governador do Rio está convencido de que foi o presidente da República quem mandou Reis passar as informações a repórter responsável pela coluna.

BNDES

Moreira Franco se queixa de que estaria sendo discriminado pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana (um dos principais articuladores políticos de Sarney). Não está longe da verdade. Há cerca de três semanas, Prisco dizia a políticos de sua confiança que o presidente do BNDES, Márcio Fortes —uma indicação de Moreira—, tinha os seus dias contados na presidência do banco. Fortes e Moreira já perderam o importante apoio do senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), um amigo íntimo de José Sarney, mas assessores de Márcio Fortes acreditam que ele se mantenha no cargo, em razão das múltiplas ligações de seu pai, o empresário João Fortes, com autoridades do governo.

Interesses coincidentes

Moreira Franco e Miguel Arraes estão certos de que a assessoria política do presidente da República já o convenceu de que o plenário da Constituinte tem boas chances de mudar para cinco anos o tamanho de seu mandato —que a Comissão de Sistematização fixou em quatro anos. Os dois governadores acreditam que tal convencimento vai acelerar o esforço de persuasão do governo junto aos constituintes, fundado em uma política clientelista, à base de favores e de cargos. O curioso é que, apesar da importância do problema do mandato, governadores quatroanistas e autoridades do governo não se esquecem de seus interesses coincidentes. É o caso, por exemplo, do governador Miguel Arraes e do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, do PFL. Os dois preservam seu relacionamento, especialmente quando tratam do combate à liderança política do presidente do PFL, senador Marco Maciel (que é de Pernambuco).

Quando às suas relações com o Planalto, em que pese o fato de ter declarado não haver "condições de governabilidade em função do fracasso do Plano Bresser", Moreira disse que "continuam boas".

Moreira nega retaliação por parte do Planalto

Da Sucursal do Rio

Pelo menos publicamente o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, não quer deixar transparecer a imagem de que esteja preocupado com retaliações por ter apoiado um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Em entrevista à Folha, ontem, Moreira recusou-se a associar os atrasos na assinatura de dois contratos entre seu governo e o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (para obras de saneamento e construção de casas populares) e os boatos em torno da substituição do sanitarista Sérgio Arouca pelo paulista Ricardo Veronesi na presidência da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz)

com qualquer ato de vingança: "Por enquanto, não há motivo para temer uma retaliação".

"A questão envolvendo Sérgio Arouca deve ser ideológica", avaliou o governador. Arouca, ligado ao PCB, acumula a presidência da Fiocruz com o cargo de secretário estadual de Saúde e foi advertido recentemente pelo ministro da Saúde, Borges da Silva, que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, acha inconstitucional esse acúmulo de funções.

Quando às suas relações com o Planalto, em que pese o fato de ter declarado não haver "condições de governabilidade em função do fracasso do Plano Bresser", Moreira disse que "continuam boas".

verbas federais. No Palácio do Planalto, Moreira Franco deixou com o presidente um relatório das solicitações de verba feitas por sua administração ao governo federal. Esta semana, ele contou a um político peemedebista que recebeu no Palácio das Laranjeiras (sede do Executivo fluminense), que Sarney o recebeu com frieza. O que o presidente da República não sabe, é que Moreira Franco deixou o Planalto, e foi entregar uma cópia dessa mesma

listagem ao presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães.

O governador do Rio ficou especialmente aborrecido com uma nota que saiu quinta-feira passada na coluna "Panorama político" do jornal fluminense "O Globo", intitulada "Moreira irrita". Ela conta que o presidente da República ficou irritado com declarações inverídicas sobre a audiência que teriam sido feitas por Moreira Franco à saída do Planalto, na terça-feira, e faz supor que quem



Centrão almoça com Newton para "agradecer empenho"

Da Sucursal de Belo Horizonte

Oito integrantes do Centrão, liderados pelo deputado federal Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), estiveram ontem no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte (MG), para "agradecer" o trabalho em favor do grupo, desenvolvido com "muito empenho e esforço" pelo governador de Minas, Newton Cardoso, que os recebeu com um almoço. Durante a recepção, visitantes e anfitrião discutiram os "temas palpantes" da política nacional e as "teses comuns" que os unem —todos são defensores do mandato de cinco anos para o presidente Sarney e críticos, em alguma medida, do pacote fiscal em elaboração no Ministério da Fazenda. "Ele (Newton) é bom para tudo", disse o deputado Ricardo Fluzza (PFL-PE), um dos visitantes, ao lado de Dasso Coimbra (PMDB-RJ), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), Bonifácio Andradá (PDS-MG), Oswaldo Coelho (PFL-BA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Heraldo Tinoco (PFL-BA). Cardoso Alves não deixou por menos. "É um dos mais próximos de nós; o que tem ficado ao

nosso lado de forma mais transparente", disse, referindo-se ao apoio de Newton Cardoso, que antes afirmara "comungar e assumir" as teses do Centrão. Segundo Cardoso Alves, a "integral solidariedade" do governador mineiro ao Centrão é comprovada pela participação no grupo de 28 dos 35 deputados federais da bancada do PMDB de Minas.

Para o secretário de Assuntos Municipais de Minas e um dos principais auxiliares de Newton, Nilberto Moreira, também foram discutidas durante o almoço "teses em debate hoje na constituinte, como a estabilidade no emprego, e de outras para futuros entendimentos", como o sistema de governo e mandato de Sarney. A saída do encontro, os centristas, depois de repassarem seus argumentos em defesa do mandato de cinco anos, fizeram críticas e ressalvas ao pacote fiscal. Segundo Newton, o mandato de Sarney está "inteiramente" vinculado aos eventuais acertos ou desacertos na área econômica. "O mandato não está ligado a nenhum grupo, está ligado ao Ministério da Fazenda", afirmou.

Atrasos podem inviabilizar as eleições em 88

Da Sucursal de Brasília

A sucessão de atrasos nos trabalhos do Congresso constituinte, provocada pelo impasse na votação de seu novo regimento, poderá inviabilizar as eleições presidenciais em 1988, segundo a maioria dos líderes do PMDB e dos partidos de esquerda. Na análise dos dirigentes peemedebistas, esse atraso é uma tática deliberada do Centrão, cuja maioria é favorável a cinco anos para Sarney.

Dificilmente, acredita o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), o Centrão dará quórum para validar a última sessão do ano da Constituinte, na próxima terça-feira. Com isso, o novo regimento deverá ser votado só depois do recesso, previsto para ir do próximo dia 18 até 4 de janeiro, uma segunda-feira, quando há poucos parlamentares em Brasília. Realisticamente, a votação só deverá ocorrer dia 6 de janeiro, uma quarta-feira.

A partir daí uma sucessão obrigatória de prazos regimentais para apresentação de emendas e destaques levará só para começo de fevereiro o início da votação em plenário do texto da Comissão de Sistematização. Com o carnaval, essa votação poderá sofrer atraso de até duas semanas. Como a aprovação do texto final deve ser feito em dois turnos de votação, a Constituição só será promulgada, em condições normais, em meados de maio.